PREFEITURA MUNICIPAL DE RESPLENDOR

CEP 35.230-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 18.413.161/0001-72
PRAÇA PEDRO NOLASCO, 20 - CENTRO - TELEFONE (33) 3263-1255 - FAX (33) 3263-1856

PROJETO DE LEI Nº. 025, DE 04 DE JULHO DE 2025

PROCESSO Nº 289/2025

Lido na Reunião de 04/08/25
Presidente

RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES E AUTORIZA O INGRESSO/PERMANÊNCIA DO MUNICÍPIO DE RESPLENDOR/MG NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO RIO DOCE – "CIM MÉDIO RIO DOCE", BEM COMO A SUA TRANSFORMAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO DE DIREITO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Resplendor, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Rio Doce – CONSARDOCE, que passa a denominar-se "Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio Rio Doce – CIM MÉDIO RIO DOCE", cuja cópia integra esta Lei.

Art. 2º Fica autorizado o ingresso/permanência do Município de Resplendor/MG no Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio Rio Doce – CIM MÉDIO RIO DOCE, bem como a sua transformação em consórcio público de direito público, nos termos do Protocolo de Intenções ratificado por esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Resplendor, Estado de Minas Gerais, 4 de julho de 2025.

Nemias Martins de Souza
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESPLENDOR

CEP 35.230-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 18.413.161/0001-72
PRAÇA PEDRO NOLASCO, 20 - CENTRO - TELEFONE (33) 3263-1255 - FAX (33) 3263-1856

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e Nobres Vereadores,

O presente Projeto de Lei tem por objetivo ratificar o Protocolo de Intenções firmado pelos entes consorciados que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Rio Doce – CONSARDOCE, o qual passará a ser denominado Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio Rio Doce – CIM MÉDIO RIO DOCE, com a ampliação de sua finalidade institucional.

Além disso, a proposição visa autorizar a transformação da natureza jurídica do consórcio, atualmente constituído sob a forma de associação civil privada, para consórcio público de direito público, nos moldes estabelecidos pela Lei Federal nº 11.107/2005. Tal medida visa adequar a estrutura do consórcio, permitindo maior segurança jurídica, acesso a políticas públicas, recursos federais e estaduais, além de assegurar o cumprimento dos princípios constitucionais da administração pública.

Dessa forma, a aprovação do projeto é medida necessária para a continuidade da cooperação federativa entre os entes envolvidos, com o fortalecimento da governança e a ampliação das ações consorciadas em benefício da população regional.

Certos da compreensão e do apoio desta Casa Legislativa, renovamos nossos protestos de estima e consideração, aguardando a aprovação desta importante proposição.

Prefeitura de Resplendor, Estado de Minas Gerais, 4 de julho de 2025.

Nemias Martins de Souza
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESPLENDOR

CEP 35.230-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 18.413.161/0001-72
PRAÇA PEDRO NOLASCO, 20 - CENTRO - TELEFONE (33) 3263-1255 - FAX (33) 3263-1856

OFÍCIO N.º 224/2025/GAB/PREF

Resplendor, 4 de julho de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Francisco Dimas de Assis
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Avenida Olegário Maciel, n.º 378, Centro
35230-000 Resplendor/MG

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei que ratifica o protocolo de intenções e autoriza o ingresso/permanência do município de Resplendor/MG no Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio Rio Doce – "CIM MÉDIO RIO DOCE", bem como a sua transformação em Consórcio Público de Direito Público, e dá outras providências.

Senhor Presidente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dessa Colenda Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei que ratifica o protocolo de intenções e autoriza o ingresso/permanência do município de Resplendor/MG no Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio Rio Doce – "CIM MÉDIO RIO DOCE", bem como a sua transformação em Consórcio Público de Direito Público, e dá outras providências.

A presente proposição visa, ainda, autorizar a transformação da natureza jurídica do consórcio, atualmente estruturado sob a forma de associação civil de direito privado, para consórcio público de direito público, conforme disciplinado pela Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

Referida transformação tem por objetivo adequar a estrutura consorcial às exigências legais, conferindo maior segurança jurídica, possibilitando o acesso a políticas públicas, a recursos federais e estaduais, além de promover o fortalecimento da cooperação federativa entre os entes consorciados, assegurando o cumprimento dos princípios constitucionais da administração pública.

Ressaltamos que a aprovação do referido projeto se mostra imprescindível à continuidade e ao aprimoramento da atuação consorciada, com vistas à ampliação dos serviços públicos e à promoção de políticas públicas integradas em benefício da população regional.

Na certeza da costumeira atenção e celeridade por parte dos nobres vereadores, renovamos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Nemias Martins de Souza
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL DE RESPLENDOR - MG
Recebemos em 07 / 07 / 2025 15h22
RESPONSÁVEL
Jaqueline de F. Nóboa Abreu
Oficial de Gabinete
Câmara Municipal de Resplendor/MG

Expediente 04/08/25
Presidente

Lido na Reunião de 04/08/25
Presidente

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Rio Doce

Rua José Viceconte, 30 - Centro - Resplendor - MG - CEP 35.230-000

Telefone: (33) 3263-2054 - consardoce@gmail.com - CNPJ 01.124.788/0001-00

PREÂMBULO

CONSIDERANDO a edição da Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispôs sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que regulamentou a Lei 11.107/2005, consolidando o regime jurídico dos consórcios públicos brasileiros;

CONSIDERANDO que o artigo 41 do Decreto n.º 6.017/07, que regulamenta a lei federal 11.107/05 permite a transformação dos consórcios preexistentes à lei em consórcio público;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação deste consórcio intermunicipal, preexistente ao regime jurídico instituído pela lei federal 11.107/05, a fim de que possa usufruir das vantagens trazidas aos consórcios públicos;

RESOLVE:

O Conselho de Prefeitos do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Rio Doce, reunir-se em Assembleia Geral Extraordinária, em 30 de abril de 2025, nos termos do estatuto vigente para deliberar e aprovar pela transformação do atual consórcio intermunicipal constituído sob a forma de associação civil privada, inscrita no CNPJ n.º 01.124.788/0001-00 para consórcio público de direito público, conforme disposto no art. 41 do Decreto 6.017/07.

Assim, firmam os signatários o presente protocolo de intenções que traz, em síntese, as cláusulas necessárias que integrarão o contrato de Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário do Médio Rio Doce.

Rua José Viceconte, 30 - Centro - Resplendor - MG - CEP 35.230-000
Telefone: (33) 3263-2054 - consardoce@gmail.com - CNPJ 01.124.788/0001-00

PROTOCOLO DE INTENÇÕES FIRMADO ENTRE OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DOCE - CONSARDOCE, PARA ADEQUAÇÃO À LEI Nº 11.107/2005, E AO DECRETO FEDERAL Nº 6.017/2007, QUE DISPÕE SOBRE NORMAS GERAIS DE CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - ENTES SUBSCRITORES.

1.1 - São subscritores do presente Protocolo de Intenções:

I - **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO ITUETO,** pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 18.413.187/0001-10, representado por seu Prefeito Municipal, **Odenir Raposo de Oliveira**, brasileiro, portador do CPF nº 030.833.726-39.

II - **MUNICÍPIO DE ITUETA,** pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 18.413.179/0001-74, representado por seu Prefeito Municipal, **Giorzane Rigo Cremasco**, brasileiro, portador do CPF nº 873.536.796-20.

III - **MUNICÍPIO DE RESPLENDOR,** pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 18.413.161/0001-72, representado por seu Vice Prefeito, **Cleber Luiz Leite Leal,** brasileiro, portador do CPF nº 274.717.566-91.

IV – **MUNICÍPIO DE AIMORÉS,** pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 18.348.094/0001-50, representado por seu Prefeito Municipal, **Adriano Garcia**, brasileiro, portador CPF nº 825.109.976-53.

V - **MUNICÍPIO DE ALVARENGA,** pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 19.770.288/0001-01, representado por seu Prefeito Municipal, **Geraldo Felício Júnior**, brasileiro, portador do CPF nº 040.539.816-62.

1.2 - A qualquer momento, mediante aprovação da Assembleia Geral, é facultado o ingresso de novo município a se consorciar através de termo aditivo de subscrição, firmado entre os representantes dos Municípios consorciados e o Representante do Município ingressante, com a devida ratificação mediante lei específica.

1.3 - O ingresso de novos consorciados poderá ocorrer a qualquer momento, dependendo apenas de aprovação da Assembleia Geral e posterior autorização legislativa do município interessado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DENOMINAÇÃO, PRAZO DE DURAÇÃO, SEDE E FINALIDADE.

2.1. O Consórcio de Municípios passará a denominar-se CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO RIO DOCE e terá a denominação fantasia de "CIM MÉDIO RIO DOCE".

2.2 - O prazo de duração é indeterminado, conquanto possua no mínimo dois municípios consorciados.

2.3 - A sede e foro são no Município de Resplendor/MG, podendo ser alterado com observância dos preceitos contidos no presente instrumento, em decisão proferida em Assembleia Geral, com aprovação da maioria absoluta dos entes consorciados.

2.4. O CIM - MÉDIO RIO DOCE tem por finalidade a realização dos interesses comuns dos entes consorciados na implementação de suas múltiplas políticas públicas, entre elas, além de outras que poderão ser definidas posteriormente em Assembleia Geral:

I - Ser instância de regionalização das ações de saúde coerentes com os princípios do SUS;

II - Viabilizar investimentos de maior complexidade que aumentem a resolutividade das ações e serviços de saúde na área de abrangência do Consórcio;

III - Realizar a oferta em consultas e tratamentos especializados na área da saúde, não caracterizados em urgência e emergência, mas sim em procedimentos eletivos.

IV - Realizar a oferta de transporte coletivo de pacientes para tratamento especializado fora do domicílio territorial de abrangência do Consórcio e entes consorciados;

V - Gestão associada de serviços públicos;

VI - Prestação de serviços, inclusive de assistência técnica, a execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta dos entes consorciados;

VII – Compartilhamento ou uso em comum de instrumentos, equipamentos, inclusive de gestão, manutenção, informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e admissão de pessoal;

VIII - Fornecimento de assistência técnica, extensão, treinamento, pesquisa e desenvolvimento urbano, rural e agrário;

IX - Ações e políticas de desenvolvimento urbano, socioeconômico local e regional;

X - Ações e políticas voltadas à segurança alimentar e nutricional (SAN), Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS), Agricultura Familiar, Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

XI - Fazer cessão de bens mediante convênio, termo ou contrato com os municípios consorciados ou entidades sem fins lucrativos;

XII - Gerenciar e executar serviços de construção, conservação e manutenção de obras públicas de seu interesse, voltadas ao atendimento de seus fins;

2.5 – A extinção do Consórcio Público deverá ser precedida de aprovação por maioria absoluta em Assembleia Geral, com posterior ratificação mediante lei dos entes consorciados.

CLÁUSULA TERCEIRA - ÁREA DE ATUAÇÃO.

3.1 - A área de atuação do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio Rio Doce é formada pela soma das superfícies territoriais dos municípios consorciados, constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para a finalidade a que se propõe.

CLÁUSULA QUARTA - PERSONALIDADE JURÍDICA.

4.1 - É constituído como uma associação pública, com personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se pelo presente instrumento, o Estatuto interno, pelas normas do Código Civil, pela Lei nº 11.107/2005, pelo Decreto nº 6.017/2007 e demais legislações pertinentes à matéria.

CLÁUSULA QUINTA - CRITÉRIOS PARA A REPRESENTATIVIDADE DO CONSÓRCIO PERANTE OUTRAS ESFERAS DE GOVERNO.

5.1 - Ao Presidente do Consórcio compete representar os municípios integrantes – entes consorciados -, em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacional, representar o Consórcio ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos e convênios, bem como constituir procuradores *"ad negotia"* e *"ad juditia"*.

CLÁUSULA SEXTA – ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO PÚBLICO.

6.1. O Consórcio será dotado da seguinte estrutura administrativa:

I – ASSEMBLEIA GERAL;
II – CONSELHO EXECUTIVO;
III – CONSELHO FISCAL;
IV – SECRETARIA EXECUTIVA.

6.2 - O Estatuto disporá sobre a organização, composição, atribuições e funcionamento de cada um dos órgãos que constituam a estrutura administrativa do Consórcio.

6.3 - A Assembleia Geral é a instância máxima de deliberação do Consórcio Público, sendo constituída exclusivamente pelos chefes dos Poderes Executivos dos Entes Consorciados, cujas competências e normas regulamentadoras serão definidas em Estatuto.

6.4 – O Conselho Executivo, composto pelo Secretário Executivo, acrescido de um representante do Poder Executivo de cada Município consorciado, mediante indicação expressa de cada Prefeito, é a instância que define aspectos legais e estruturais do Consórcio, bem como aspectos operacionais para alcance dos objetivos do Consórcio, exercendo competência plena para propor, em Assembleia, as alterações que julgar necessárias, nos termos do Estatuto.

6.5 – O Secretário Executivo é membro nato do Conselho Executivo.

6.6 – O Conselho Fiscal é a instância de afere aspectos financeiros do Consórcio e será constituído dentre os entes consorciados, respeitada a paridade, sendo as atribuições e formação definida em Estatuto.

6.7 – A Secretaria Executiva é a instância que coordena a operacionalização das atividades que competem ao Consórcio em todas as suas áreas e tarefas.

6.8 – Cria-se no âmbito do Consórcio a Unidade de Controle Interno, consoante disposto nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, cujo coordenador deverá ser profissional com escolaridade mínima em nível superior, com formação em Administração, Ciências Contábeis ou Direito.

CLÁUSULA SÉTIMA - ASSEMBLEIA GERAL E FORMA DE DELIBERAÇÃO.

7.1 - A Assembleia Geral é a instância máxima de deliberação do Consórcio Público, composta por todos os entes federativos consorciados, competindo-lhe a elaboração, aprovação e modificação do Estatuto do Consórcio, bem como a deliberação, em

instância máxima sobre todas as questões pertinentes às funcionalidades do Consórcio, conforme dispuser o Estatuto.

7.2 – O voto do representante será singular por ente consorciado, competindo ao Prefeito a manifestação, ou servidor por este indicado, independentemente dos investimentos feitos no Consórcio.

7.3 - As decisões serão tomadas por maioria simples dos representantes dos entes federativos consorciados, desde que presentes a maioria absoluta, com exceção aos quóruns qualificados previstos no presente protocolo e os que vierem a ser definidos no Estatuto. As deliberações poderão ser efetivadas através de aclamação, conforme dispuser o Estatuto.

CLÁUSULA OITAVA - NORMAS DE CONVOCAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL.

8.1 - Os entes federativos que integram o Consórcio terão direito a um membro titular e um suplente na Assembleia Geral, que terão direito a 01 (um) voto por ente consorciado, desde que em regularidade com os compromissos financeiros com o Consórcio e demais obrigações estatutárias. Em nenhuma hipótese o titular poderá ter direito a mais de um voto.

8.2 – O membro titular nato é o Prefeito Municipal, devendo o suplente ser por este indicado para suprir as suas ausências, que terá voz e voto nas deliberações em Assembleia, observado o disposto no item 8.1.

8.3 - Estando inadimplente com qualquer obrigação perante o Consórcio, seja financeira ou qualquer outro compromisso operacional, o representante do ente consorciado poderá assistir às reuniões de assembleia, todavia sem direito a voto, nem sendo computado para eventual formação de quórum, salvo deliberação em contrário pelos demais entes consorciados em Assembleia.

8.4 - A Assembleia geral será convocada ordinariamente pelo Presidente do Conselho Deliberativo de Gestores, sempre que houver pauta para deliberação e, extraordinariamente, por qualquer dos membros titulares do Conselho, com indicação da pauta extraordinária.

8.5 - A reunião ordinária deverá ser convocada com antecedência de no mínimo 5 (cinco) dias em primeira chamada, e 03 (três) dias em segunda chamada. A assembleia extraordinária deverá ser convocada com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis em primeira chamada e 01 (um) dia útil em segunda chamada, mediante

qualquer meio de comunicação, desde que demonstrado e comprovado de forma inequívoca a ciência de todos os membros titulares do Conselho Deliberativo de Gestores.

8.6 – A ausência de comunicação e ciência da realização de assembleia a qualquer gestor membro do Conselho Deliberativo, gera anulabilidade de qualquer decisão por ventura tomada, salvo ratificação posterior pelo membro não cientizado.

8.7 – A assembleia, seja ordinária ou extraordinária, somente terá início com a presença de representantes de todos os municípios consorciados, em primeira chamada. Em segunda chamada terá início desde que presentes a maioria absoluta dos representantes dos entes consorciados.

8.8 – O Estatuto somente poderá ser elaborado, aprovado ou alterado pelo voto concorde da maioria absoluta dos membros titulares do Conselho Deliberativo de Gestores, em Assembleia Extraordinária especialmente convocada para esta finalidade.

CLÁUSULA NONA - REPRESENTAÇÃO LEGAL DO CONSÓRCIO

9.1 – Os entes federados integrantes do Consórcio Público elegerão o Presidente e o Vice-Presidente, em assembleia geral, por maioria simples, desde que presente a maioria absoluta.

9.2 – O Presidente e o Vice-Presidente serão escolhidos, obrigatoriamente, dentre os Prefeitos dos Municípios que compuserem o Consórcio Público.

9.3 – O mandato será de 2 (dois) anos, sendo permitida uma única reeleição consecutiva. Havendo uma única chapa a eleição poderá ocorrer por aclamação. No caso de empate proceder-se-á novo escrutínio e persistindo a situação a escolha será mediante sorteio.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PESSOAL

10.1 - O Consórcio Público contará com quadro de pessoal composto de Cargos de Provimento em Comissão, conforme Tabela I, em anexo, e, de Empregados Públicos, conforme Tabela II, admitidos por meio de processo seletivo, de acordo com as normas que orientam a Administração Pública.

10.2 – O regime jurídico dos empregos será aquele previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, afastada qualquer disposição característica da carreira de servidor

público, especialmente a estabilidade no serviço, sendo que serão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

10.3 - A alteração no número de vagas, fixação ou alteração da remuneração, da jornada de trabalho, das atribuições e lotação de cada um dos cargos será disciplinada e deliberada pelo Conselho Deliberativo de Gestores, na forma que definir o Estatuto.

10.4 - O quadro de pessoal e disposições correlatas poderão ser alterados pelo Conselho Deliberativo de Gestores, na forma que definir o Estatuto.

10.5 - Poderão ser contratados profissionais por tempo determinado, sem restrição de número, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Os casos que demandem a contratação temporária serão avaliados e autorizados pelo Conselho Deliberativo de Gestores.

10.6 - Os entes federados consorciados poderão ceder servidores que integrem seus quadros, desde que permitido em sua legislação, ficando o mesmo vinculado à regulamentação de carreira do ente cedente, não computando tais valores em descontos ou compensação com obrigações assumidas no contrato de rateio.

10.7 - Aplica-se aos cargos comissionados, naquilo que couber o regime de trabalho previsto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, sendo os mesmos de livre nomeação e exoneração do Presidente do Consórcio Público.

10.8 - Os funcionários empregados até a subscrição do presente protocolo de intenções, permanecem no quadro de pessoal do Consórcio nas condições em que foram contratados, à ressalva dos vencimentos que poderão ser redefinidos, conforme o presente instrumento. No entanto, as substituições e novas contratações, de acordo com a vacância das vagas, deverão obedecer às normas estabelecidas neste instrumento e correlatos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- CONTRATO DE GESTÃO, TERMO DE PARCERIA E GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇO PÚBLICO

11.1 - O Consórcio poderá firmar contrato de gestão, nos termos da lei 9.637/1998, e celebrar termo de parceria, na forma da Lei nº 9.790/1999, sendo os referidos instrumentos submetidos à análise e aprovação da Assembleia Geral.

11.2 – Os Municípios autorizam a gestão associada dos serviços públicos relacionados com a execução das finalidades consorciadas, em especial objetivando o alcance pleno das disposições contidas na cláusula segunda do presente instrumento.

11.3 – Para a consecução da gestão associada, os entes transferem ao Consórcio o exercício das competências de planejamento, regulação, fiscalização e execução dos serviços públicos que se fizerem necessários ao cumprimento da cláusula primeira.

11.4 – Os Municípios prestam consentimento para o Consórcio licitar ou outorgar concessão, permissão ou autorização na prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS CONSORCIADOS

12.1 - Os Consorciados adimplentes com suas obrigações poderão exigir dos demais integrantes o pleno cumprimento das cláusulas estabelecidas no presente instrumento, no Estatuto e nos contratos firmados.

12.2 - O município poderá se retirar do Consórcio com prévia autorização do Poder Legislativo respectivo e desde que participe sua intenção com prazo nunca inferior a 90 (noventa) dias aos demais municípios consorciados.

12.3 - Fica a cargo do Conselho Executivo, a redistribuição dos custos da execução dos programas ou projetos de que participa o retirante, à exceção das obrigações já pactuadas, das quais o retirante continua sendo responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO RIO DOCE – CIM - MÉDIO RIO DOCE.

13.1 - É assegurada a participação de representantes da sociedade civil nos conselhos fiscalizadores do Consórcio, cuja composição e atribuições serão previstas no Estatuto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– PATRIMÔNIO E RECURSOS FINANCEIROS

14.1 - O patrimônio do Consórcio será constituído pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título.

14.2 - Os recursos financeiros do Consórcio constituem-se nos valores auferidos mediante contratos de rateio com os Municípios consorciados, na remuneração dos próprios serviços, os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou particulares, as rendas de seu patrimônio, os saldos de exercício, as doações e legados, o produto de alienação de seus bens, o produto de operação de

crédito, as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e de aplicações de capitais e os valores retidos à título de Imposto de Renda das pessoas jurídicas ou físicas prestadoras de serviços ao Consórcio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- PUBLICIDADE DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES E DEMAIS ATOS

15.1 - O Consórcio deverá obedecer ao princípio da publicidade, tornando públicas as decisões que digam respeito a terceiros e as de natureza orçamentária, financeira ou contratual, inclusive as que digam respeito à admissão de pessoal, bem como permitindo que qualquer do povo tenha acesso a suas reuniões e acs documentos que produzir, salvo, nos termos da lei, os considerados sigilosos.

15.2 – Fica instituído como órgão de imprensa oficial do Consórcio o Quadro de Avisos fixado no *hall* de entrada, devendo todas as decisões e atos serem publicados, obrigando o ente à publicação em outros órgãos e instrumentos quando lei especial determinar.

15.3 - O protocolo de intenções será publicado na imprensa oficial do Consórcio na íntegra, bem como, de forma resumida, no jornal Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

16.1 - O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do presente protocolo de intenções.

16.2 - A ratificação pode ser realizada com reserva que deverá ser clara e objetiva, preferencialmente vinculada à vigência de cláusula, item, inciso ou alínea do protocolo de intenções, ou que imponha condições para a vigência de qualquer desses dispositivos.

16.3 - Caso a lei do município preveja reservas, a admissão do município no consórcio dependerá da aprovação pela Assembleia Geral.

16.4 - A ratificação realizada após dois anos da primeira subscrição do protocolo de intenções dependerá da homologação da assembleia geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- ESTATUTO

17.1 - O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio Rio Doce – CIM MÉDIO RIO

DOCE é organizado por Estatuto cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas previstas no protocolo de intenções e do contrato constitutivo.

17.2 - As alterações no Estatuto somente serão efetivadas se aprovadas por Assembleia Geral devidamente convocada para este fim.

17.3 - As alterações estatutárias produzirão seus efeitos mediante publicação na imprensa oficial do Consórcio.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - GESTÃO DO CONSÓRCIO

18.1 - Os consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio Público, sendo que seus dirigentes responderão pessoalmente pelas obrigações por ele contraídas e demais atos caso praticados em desconformidade com a lei, Estatuto ou decisão da Assembleia Geral.

18.2 - Para cumprimento de suas finalidades, o Consórcio, além das atribuições estabelecidas no Estatuto poderá:

I - ser contratado pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados, dispensada a licitação; e

II - mediante previsão em contrato de programa, promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - REGIME CONTÁBIL E FINANCEIRO

19.1 - A execução das receitas e das despesas do Consórcio deverá obedecer às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

19.2 - O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio Rio Doce – CIM MEDIO RIO DOCE está sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do seu representante legal, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o consórcio público.

CLÁUSULA VIGÉSIMA- CONTRATO DE RATEIO

20.1 - Os entes consorciados repassarão recursos financeiros ao consórcio público de acordo com o contrato de rateio.

20.2 - O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro para viger no exercício seguinte, conforme disciplina estabelecida no Estatuto, com observância da legislação orçamentária e financeira do ente consorciado contratante e depende da previsão de recursos orçamentários que suportem o pagamento das obrigações contratadas.

20.3 - Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

20.4 - Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o município consorciado, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao Consórcio, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista no contrato de rateio.

20.5 - A eventual impossibilidade de o município consorciado cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida em contrato de rateio obriga o Consórcio a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

20.6 - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, o Consórcio deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - LICITAÇÕES COMPARTILHADAS

21.1 - O Consórcio poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados, nos termos da Lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - EXCLUSÃO DE MUNICÍPIO CONSORCIADO

22.1 - A exclusão de município consorciado só é admissível havendo justa causa. Além das que sejam reconhecidas em procedimento específico, é justa causa a

inadimplência e a não inclusão, pelo município consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do consórcio público, prevê-se devam ser assumidas por meio de contrato de rateio.

22.2 - A exclusão mencionada somente ocorrerá após prévia suspensão, nos termos do que definir o Estatuto, período em que o município consorciado poderá se reabilitar.

22.3 – A extinção do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário do Médio Rio Doce, por conseguinte do presente Protocolo de Intenções, dependerá de instrumento aprovado por maioria absoluta em Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados, sendo que nesse caso:

I - os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços;

II - até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

22.4 - Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem, e os empregados públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho com o consórcio.

22.5 – A alteração do Contrato de Consórcio Público, e, por conseguinte do presente Protocolo de Intenções, salvo mudança substancial, deverá ser aprovada em Assembleia com a formalizado do instrumento respectivo. A alteração substancial deverá ser formalizada mediante subscrição dos gestores e aprovação mediante lei específica dos entes consorciados, conforme dispuser o Estatuto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA- DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 - Nenhum município poderá ser obrigado a se consorciar ou a permanecer consorciado, sendo que a retirada do município dependerá de ato formal de seu representante, na forma previamente disciplinada pelo Estatuto, ratificado em lei.

23.2 - Os bens destinados ao Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio Rio Doce pelo consorciado que se retira somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no Estatuto ou do instrumento de transferência ou de alienação.

23.3 - A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio público.

23.4 - Após a ratificação do presente Protocolo de Intenções pelos municípios signatários, através de lei específica, o Consórcio promoverá a formalização do Estatuto, com submissão de aprovação à Assembleia.

Resplendor/MG, 30 de abril de 2025.

Município de Santa Rita do Ituêto
Odenir Raposo de Oliveira

Município de Ituêta
Giorzane Rigo Cremasco

Município de Resplendor
Cleber Luiz Leite Leal

Município de Aimorés
Adriano Garcia

TABELA I - CARGOS DE CONFIANÇA (art. 499, CLT)

QTDE DE VAGAS	DESCRIMINAÇÃO	VENCIMENTO
01	Secretário Executivo	R$ 3.555,00
01	Assessor Jurídico	R$ 2.250,00
02	Gerente de transporte	R$ 2.288,16
01	Coordenador de Controle Interno	R$ 2.250,00
01	Contador	R$ 1.518,00

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Rio Doce

Rua José Viceconte, 30 - Centro - Resplendor - MG - CEP 35.230-000

Telefone: (33) 3263-2054 - consardoce@gmail.com - CNPJ 01.124.788/0001-00

TABELA II – EMPREGOS PÚBLICOS

QTDE DE VAGAS	DESCRIMINAÇÃO	VENCIMENTO
01	Auxiliar de serviços gerais	R$ 1.518,00
04	Auxiliar administrativo	R$ 1.720,00